

A economia de Scarlett O'Hara

ROLF KUNTZ



A discussão econômica brasileira está sendo regida pelo Princípio de Scarlett O'Hara: sobre certas questões é melhor pensar amanhã. A hiperinflação, a situação das contas externas e a dimensão da crise legada ao próximo governo são algumas dessas questões. Postos de lado esses assuntos, o debate fica mais fácil, e as propostas podem ser apresentadas com maior desembaraço — e muitas vezes com menor lógica. Pode ser instrutivo examinar alguns dos temas persistentemente evitados ou pelo menos mantidos na penumbra:

1. Rumo ao desastre — Quanto tempo será necessário para o País retornar à situação imediatamente anterior ao Plano Verão, quando os preços aumentavam mais de 1% ao dia? Essa consequência está embutida nas propostas de reindexação total e de urgente realinhamento de preços. Como a inflação mensal já está na altura dos 10%, juntar a reindexação e o realinhamento apenas servirá para antecipar a explosão final. Detalhe irônico: em janeiro, depois do desvario das remarcações, os preços estavam amplamente desalinhados.

Dizer que uma economia com alta inflação não pode ficar desindexada é insuficiente. É até fácil concordar com esse argumento, quando se trata simplesmente de conviver com a alta de preços. Mas hoje é necessário perguntar: conviver até quando, se a hiperinflação pode estar depois da próxima curva? Como não vêem a possibilidade de conter a inflação, as pessoas se dispõem, alegremente, a produzir a hiper.

2. Dólar versus aumentos — Para impedir que os preços cresçam mais rapidamente, o governo arrisca a derrubar, pelo atraso do câmbio, o volume de exportações; o saldo comercial e as reservas. O atraso já existia no ano passado, e isso não impediu, no entanto, um superávit enorme de US\$ 19,1 bilhões. Neste ano as condições são um pouco diferentes: o crédito à exportação é muito mais escasso, linhas externas de financiamento estão sendo perdidas, e as oscilações das principais moedas no Exterior vêm agravando o desajuste cambial do cruzado novo.

Um saldo comercial menor pode ser bom sob certo aspecto: o

Ou tentamos uma solução política ou arriscamos o desastre

Banco Central precisará emitir menos cruzados novos para absorver os dólares. Mas a redução das reservas deixará o governo mais fraco para renegociar a dívida e, no caso de uma eventual moratória, o País ficará de joelhos. Se não para este governo, a perda de reservas poderá ser uma bomba de efeito retardado para o próximo. Como evitar o risco? A questão é ainda mais relevante quando crescem as possibilidades de atritos comerciais com os Estados Unidos. O problema cambial, no entanto, é outra área escura do debate econômico.

3. A quebra do Tesouro — Esse é um assunto popular entre empresários e economistas, mas a conversa geralmente não vai além do registro do perigo. Por via das dúvidas, empresários financeiros e não financeiros vão recompondo suas carteiras de aplicações e livrando-se de títulos do Tesouro. O refinanciamento da dívida pública interna é cada vez mais difícil. O Banco Central parece haver reco-

nhecido, com certo fatalismo, os temores do mercado, ao anunciar a disposição de recolher papéis com vencimento a partir de novembro. Se nenhum novo fator aparecer, as dificuldades de rolagem dos papéis do Tesouro continuarão a crescer. No limite, o governo poderá ser forçado a inundar o País de dinheiro. Essa previsão é um lugar-comum, mas não se pode evitá-la. Os ministros econômicos não costumam tocar no assunto. Sabem da baixa credibilidade do governo, conhecem os perigos resultantes, mas parecem apostar na sorte ou na misericórdia divina para chegar até novembro (ou até março), sem a falência do Tesouro. Mesmo que se chegue até março: e depois?

4. O governo é péssimo. E daí? — As pessoas "práticas" tendem a liquidar todas as grandes questões da economia brasileira com um comentário simples e aparentemente esclarecedor: "Este governo já não pode fazer mais nada. Não tem credibilidade nem força". Essa resposta não serve. O atual Executivo é péssimo, o Legislativo também, e gente do Judiciário já foi apanhada em flagrantes de mordomia e de nepotismo, mas é disso que dispomos atualmente. A conclusão é escandalosamente óbvia: ou se tenta uma solução política, rapidamente, com esse governo mesmo, ou se aceita, de forma passiva, o risco de um enorme desastre. Não importa que a tragédia aconteça depois de março: descontados os mortos e os fugitivos, a população adulta será a mesma. Azar dos recém-nascidos. Defender essa tentativa não é mais ingênuo do que deixar os problemas no escuro e resignar-se. Veja-se a Argentina.

□ Rolf Kuntz é repórter especial e editorialista do Estado.